FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO
DOCUMENTAÇÃO
www.fundaj.gov.br

LINHA DO TEMPO

REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
100 ANOS 1909-2009
PDE
Ministério da Educação
BRASIL UM PAÍS DE TODOS GOVERNO FEDERAL

1909
O presidente Nilo Peçanha assina o Decreto 7.566 em 23 de setembro, criando inicialmente **19 "Escolas de Aprendizes Artífices"** subordinadas ao Ministério dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio.

1927
O Congresso Nacional sanciona o Projeto de Fidélis Reis, que prevê o oferecimento **obrigatório** do **ensino profissional** no país.

1930
É criado o Ministério da Educação e Saúde Pública que passa a supervisionar as Escolas de Aprendizes e Artífices, através da Inspetoria do Ensino Profissional Técnico.

1937
Promulgada a nova Constituição Brasileira que trata pela primeira vez do ensino técnico, profissional e industrial.
É assinada a Lei 378, que transforma as Escolas de Aprendizes e Artífices em **Liceus Industriais**, destinados ao ensino profissional, de todos os ramos e graus.

1941
Vigora uma série de leis, conhecidas como a "Reforma Capanema", que remodelam todo o ensino no país. Os principais pontos:
- o ensino profissional passa a ser considerado de nível médio;
- o ingresso nas escolas industriais passa a depender de exames de admissão;
- os cursos são divididos em dois níveis: curso básico industrial, artesanal, de aprendizagem e de mestria, e o segundo, curso técnico industrial.

1942
O Decreto 4.127, de 25 de fevereiro, transforma os Liceus Industriais em **Escolas Industriais e Técnicas**, passando a oferecer a formação profissional em nível equivalente ao do secundário.

1944
A participação da Força Expedicionária Brasileira na Segunda Guerra Mundial e o conseqüente empréstimo financeiro dos Estados Unidos ao Brasil no Governo Getúlio Vargas impulsionam a industrialização brasileira.

1956 - 1961
O governo de Juscelino Kubitschek marca o aprofundamento da relação entre Estado e economia. O objetivo é formar profissionais orientados para as metas de desenvolvimento do país.

1959
As Escolas Industriais e Técnicas são transformadas em autarquias com o nome de **Escolas Técnicas Federais**, com autonomia didática e de gestão.

1961
O **ensino profissional é equiparado ao ensino acadêmico** com a promulgação da Lei 4.024 que fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. O período é marcado por profundas mudanças na política de educação profissional.

1967
Decreto 60.731 transfere as Fazendas Modelos do Ministério da Agricultura para o Ministério da Educação e Cultura que passam a funcionar como **escolas agrícolas**.

1971
A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira torna **técnico-profissional** todo currículo do segundo grau **compulsoriamente**. Um novo paradigma se estabelece: formar técnicos sob o regime da urgência.

1978
A Lei 6545 transforma três Escolas Técnicas Federais (Paraná, Minas Gerais e Rio de Janeiro) em **Centros Federais de Educação Tecnológica**.

1980 - 1990
A globalização, nova configuração da economia mundial, também atinge o Brasil. O cenário é de profundas e polêmicas mudanças: a intensificação da aplicação da tecnologia se associa a uma nova configuração dos processos de produção.

1994
A Lei 8.948, de 8 de dezembro:
- institui o Sistema Nacional de Educação Tecnológica, transformando, gradativamente, as ETFs e as EAFs em CEFETs;
- A expansão da oferta da educação profissional somente ocorrerá em parceria com Estados, Municípios e Distrito Federal, setor produtivo ou organizações não governamentais, que serão responsáveis pela manutenção e gestão dos novos estabelecimentos de ensino.

1996
Em 20 de novembro, a Lei 9.394 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional/LDB) dispõe sobre a Educação Profissional num capítulo próprio.

1997
O Decreto 2.208 regulamenta a educação profissional e cria o Programa de Expansão da Educação Profissional (Proep).

1999
Retoma-se o processo de transformação das Escolas Técnicas Federais em Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefets).

2004
O Decreto 5.154 permite a integração do ensino técnico de nível médio ao ensino médio.

2005
Institui-se, pela Lei 11.195, que a expansão da oferta da educação profissional **preferencialmente** ocorrerá em parceria com Estados, Municípios e Distrito Federal, setor produtivo ou organizações não governamentais;
Lançada a primeira fase do Plano de Expansão da Rede Federal, com a construção de 60 novas unidades de ensino pelo Governo Federal.
O Cefet Paraná passa a ser Universidade Tecnológica Federal do Paraná.

2006
O Decreto 5.773 trata sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e seqüenciais no sistema federal de ensino.
É instituído, no âmbito federal, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação de Jovens e Adultos.
É lançado o Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia.

2007
Lançada a segunda fase do Plano de Expansão da Rede Federal. Até 2010 serão 354 unidades.
O Decreto 6.302 institui o Programa Brasil Profissionalizado.
É lançado o Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos.

2008
Articulação para criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

2009
Centenário da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica.